



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS
Rua das Laranjeiras, 232 - Laranjeiras - 22.240-001 - Rio de Janeiro/RJ
Telefax: (21) 2285-5107 - e-mail: dirge@ines.org.br

Ata da Primeira Reunião Ordinária do Conselho Diretor do INES

Aos seis dias do mês de março de dois mil e vinte e quatro, às quatorze horas e quinze minutos, no auditório localizado no segundo andar do edifício sede do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), deu-se início à Primeira Reunião Ordinária do Conselho Diretor do corrente ano.

Conselheiros presentes: Solange Maria da Rocha (Diretora-Geral e Presidente do Conselho Diretor); Adriana Miranda, Diretora substituta e suplente do Departamento de Planejamento e Administração (DEPA); André Cordeiro, Diretor do Departamento de Desenvolvimento Humano, Científico e Tecnológico (DDHCT); Elizabeth Serra, Diretora do Departamento do Ensino Superior (DESU); Violeta Porto, Diretora substituta e suplente do Departamento de Educação Básica (DEBASI); Alysson Silva, representante do corpo discente; Dumenil Eliodoro, representante do corpo técnico-administrativo; Tiago Ribeiro, representante do corpo docente; Bianca Simões, representante dos pais/responsáveis de alunos. Também estavam presentes, no auditório, os Conselheiros suplentes dos corpos discente, docente e técnico-administrativo bem como a suplente do DESU.

O primeiro ponto de pauta é a votação da proposta de nova logomarca do INES, que fora apresentada na quinta e última reunião ordinária do ano passado. A Presidente do Conselho Diretor, Solange, elucida que a logomarca precisa ser votada para dar andamento (ou não) ao seu uso. Assegura ser emergencial para desencadear ações referentes à imagem institucional. O Conselheiro Tiago alega que o corpo docente entende que a logomarca anterior atende mais do que a apresentada, por representar o prédio do Instituto. Os Conselheiros Alysson, Bianca, Dumenil e Violeta concordam com ele. O Conselheiro André defende que a logomarca vigente, com o prédio do Instituto, é interessante, entretanto, a logomarca proposta é representativa, estudada esteticamente e historicamente. A Conselheira Adriana diz que a notoriedade do Instituto é representada na logo atual. A Conselheira Elizabeth defende que todos conhecem o INES pela fachada e que a logomarca proposta representa mais uma categoria de ensino e a educação básica do que todo o Instituto. A logomarca proposta é, então, reprovada por unanimidade, mantendo-se a que tem a fachada do INES.

O segundo ponto de pauta é a criação de comissão para rever o instrumento de progressão dos docentes do Magistério Superior. A Conselheira Elizabeth explica que foram feitas alterações no Plano Individual de Trabalho – PIT – do docente e sugere que essa comissão estude o plano, por exemplo. Indica os seguintes servidores do DESU para a comissão, a serem consultados: a professora Yrlla Ribeiro, o professor Mario Missagia e a professora Cristiane Taveira. A Presidente do Conselho Diretor realça que a nova composição da Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD –, com membros eleitos no ano passado, foi investida ontem. Os novos membros conversaram, dentre outros assuntos, sobre progressões no Ensino Superior, baseando-se na experiência de um deles que está no segundo mandato, o professor Marcelo Cucco. Solange defende que as comissões dialoguem. O Conselheiro Tiago comunica que a Assines, por meio de uma carta enviada pouco antes desta reunião, diz almejar uma cadeira nessa comissão. Também pontua que foi pedido representação do docente surdo. Elizabeth defende que a representação sindical não se faz necessária para essa comissão e entende, ainda, que os professores se representam, independentemente de serem surdos ou não. Segundo a Conselheira do DESU, quem monitora a progressão é o gestor. O Conselheiro Dumenil diz que também recebeu o pedido dito pelo Tiago e lê a carta que a Assines apresentou a ambos. A Conselheira Elizabeth esclarece que a legislação de progressão já existe e que não será alterada. O sindicato pode articular-se, caso ela seja alterada por instância superior, mas não cabe representação na comissão. A Presidente do Conselho Diretor acompanha a Conselheira Elizabeth bem como os demais, à exceção de Tiago, que se abstém, por não ter tido tempo hábil para dialogar com a categoria

que representa a respeito da carta. Por maioria, a comissão é criada e os servidores indicados serão consultados.

O terceiro ponto de pauta é a apreciação da viabilidade da criação de uma comissão para discussão de assédio moral e sistemas de opressão e preconceito. O Conselheiro Tiago solicitou esse ponto de pauta e elucida que se objetiva criar um espaço coletivo de troca e construção de instrumentos para compreender essas questões. Argumenta que testemunhou algumas situações de preconceito. Tece considerações sobre racismo, homofobia, ouvintismo, etc. no âmbito do INES. A Conselheira Violeta defende que é imperativo pensar como essa comissão pode ser construída. Explica que o assédio não é exclusivamente de um superior sobre um subordinado, no entanto, ocorre também entre pares, da mesma posição/hierarquia. Em relação às discussões sobre diversidade e inclusão, lembra que já foi criada, no DEBASI, uma comissão no ano passado. A Conselheira Elizabeth sublinha que o núcleo UBUNTU, interdepartamental, já está aprovado em Conselho Diretor e existe para isso também, em âmbito institucional, não departamental. No momento, aguarda dois nomes de cada departamento para compor o grupo gestor dele. Alega que não se desconstrói preconceito com decreto, mas com ação pedagógica. Defende ainda que o núcleo é o espaço para pensar essas questões coletivamente e pondera que o Comitê de Ética pode encaminhar, dentre outras, questões como a do assédio moral. O Conselheiro Dumenil lê o segundo ponto da carta da Assines e informa que há um grupo de trabalho no sindicato para debater esses temas também. A Presidente do Conselho Diretor comenta que a proposta da Elizabeth está adequada e esta acrescenta que o Regimento Interno recém-aprovado trata do grupo gestor do UBUNTU e que aguarda essa nomeação. A secretária do Conselho Diretor, Giselly, pede o direito à palavra, mesmo não sendo conselheira, e é concedido. Argumenta que é importante lembrar que, no INES, existem espaços em que a questão do assédio, por exemplo, é tratada há algum tempo como, por exemplo, a Ouvidoria, que recebe denúncias e pode mediar conflitos. Realça ainda que é relevante trazer ao INES pessoas de referência para tratar disso, não havendo necessidade de começar reflexões que já estão em estado avançado por outros profissionais e pesquisadores. Lembra que a Controladoria-Geral da União, por exemplo, já vem discutindo a temática do assédio junto a Ouvidorias, Corregedorias, Comitês de Ética, etc., sendo este o grande tema do momento, e que pode apresentar especialistas na temática para conduzir debates internos. Declara que é a representante titular do INES, desde o ano passado, no Fórum de Articulação e Promoção da Integridade – FAPI –, que discute questões como, por exemplo, assédio moral nas instituições públicas. Acrescenta que não é qualquer pessoa que sabe conduzir esses debates, pois há muito do senso comum na pauta do assédio. A Conselheira Adriana concorda que se tragam pessoas que são referência no assunto, pois efetivamente muitos mal sabem o que é assédio. A Presidente do Conselho Diretor acrescenta que o assédio, no Direito, precisa ser provado e, às vezes, acaba partindo de percepção subjetiva. Conclui que estamos no seio de uma sociedade difícil, baseada em racismo, misoginia, etc. Encaminhou-se, pois, para o UBUNTU a discussão dos sistemas de opressão e preconceito.

O quarto e último ponto de pauta é o anúncio da criação do Fórum Permanente de Política Linguística do INES. A Presidente do Conselho Diretor elucida que o Fórum é pensado por estarmos em uma instituição em que, pelo menos, duas línguas circulam. Há trocas de e-mails complexas, deselegantes, pouco cordiais, com ofensas e cobranças a colegas de trabalho, o que pode inclusive configurar em assédio. Não é só perseguir servidor ouvinte que não é fluente em Língua Brasileira de Sinais nem servidor surdo que não sabe Língua Portuguesa. Busca-se uma instituição bilíngue e uma construção sólida de políticas linguísticas. A Assessora da Direção-Geral Luciane Cruz irá conduzir esse Fórum com os colegas surdos e ouvintes do Instituto. O profissional tradutor/intérprete Eduardo já se propôs, segundo Solange, a integrar esse Fórum. A proposta é começar com uma comissão itinerante que poderá conduzir a ida aos setores para dialogar sobre política linguística. Defende que o espaço precisa ser mais acolhedor, não de tensão. O Fórum, segundo a Presidente, não tem pretensão acadêmica, mas visa ser “no chão”, observando e acolhendo os setores quanto à pauta linguística. O Conselheiro Dumenil relata que seu setor – a cozinha – apresenta o conflito e a complexidade linguística posta em debate. Realça que nem sempre os funcionários desse espaço são entendidos pelos estudantes. A Conselheira Bianca sublinha a importância das diferentes linguagens, não se

atendo exclusivamente à língua de sinais e ao português, pois há alunos surdos com deficiências associadas. A Presidente do Conselho Diretor explica que a itinerância é exatamente para isto: fazer um retrato linguístico da instituição. A Conselheira Violeta destaca que a conscientização é preponderante, prosseguindo a discussão para além do usar Libras e português escrito. Elucida que há, sim, no INES, estudantes surdos que não sinalizam. É importante, segundo a Conselheira do DEBASI, pensar em estratégias para atingir esse alunado. Justifica que não está falando de oralização, mas dos estudantes surdos que não são utentes da língua de sinais, porque apresentam comprometimentos que vão muito além da surdez. A Conselheira Elizabeth frisa que se pode pensar em chegar a um diagnóstico de acessibilidade, indo mais além ainda da questão linguística. Há diversas demandas de comunicação, de acordo com ela, que vão muito além da língua de sinais. Violeta relata que, no DEBASI, já existe esse diagnóstico em relação aos estudantes surdos com deficiências. Elizabeth elucida que esse diagnóstico deve compreender os servidores e prestadores de serviços também e questiona como os seguranças patrimoniais, por exemplo, entendem esse alunado. A Conselheira Bianca defende que é interessante focar, então, em comunicação, não em uma língua ou outra. O Conselheiro Tiago argumenta que é urgente uma política linguística para prestadores de serviços também e acrescenta que é mais do que necessária a representatividade surda em todos os espaços, inclusive no Conselho Diretor. Trata da “voz visual” e “perspectiva surda” como elementos ricos a serem aproveitados em todos os lugares do INES. É necessário, segundo Tiago, “ensurdecer” no sentido ético, estético e político. De acordo com ele, mesmo com esse reconhecimento, uma política linguística não basta: é preciso enfrentar também outras discussões no INES, inclusive pedagógicas. A Presidente do Conselho Diretor lembra os processos eleitorais do INES dos últimos anos em que havia chapas com membros surdos e ouvintes. Retoma, em seguida, o anúncio do Fórum e solicita que os diretores levem a proposta aos seus departamentos para compor o grupo itinerante. Questiona se deve manter o nome “Fórum Permanente de Política Linguística”, se deve alterar ou se deve acrescentar algo mais. O Conselheiro André destaca a relevância da discussão e o caráter “permanente” do Fórum. De acordo com seu ponto de vista, as questões não serão resolvidas agora nem no tempo da gestão atual, por entender que é próprio das línguas haver incompreensão. A proposta é contribuir para o caminho, não finalizar, segundo o Conselheiro do DDHCT, não bastando, pois, uma fotografia atual, porque deverá ser atualizada constantemente. Propõe um acréscimo ao nome: Fórum Permanente de Política Linguística e Acessibilidade. A Conselheira Violeta propõe “Inclusão” no lugar de “Acessibilidade”, pois se há alguém excluído na comunidade, é preciso incluir. O Conselheiro Tiago traz à tona a negativa marca histórica da palavra “inclusão” no contexto da comunidade surda, que difere do povo surdo, e propõe “Direitos Humanos” no lugar de “Acessibilidade” e “Inclusão”. Há consenso a respeito do nome Fórum Permanente de Política Linguística e Direitos Humanos. A Conselheira Adriana questiona se vão dar conta de tudo que os Direitos Humanos pressupõem, pois não adianta englobar tudo e não se fazer nada. O Conselheiro Tiago frisa que o acréscimo de “Direitos Humanos” ao nome do Fórum é uma tentativa de discutir o que é para todos e qualquer um. A representante suplente do corpo discente, Bianca, pede a oportunidade de falar, é concedido, e destaca o impacto da palavra “acessibilidade”: comunicar-se da forma que consegue. A Presidente do Conselho Diretor argumenta que a palavra “acessibilidade” é marcada historicamente pelo sentido físico, ainda que entenda que desmarcar também seja possível. A Conselheira Elizabeth propõe, então, Fórum Permanente de Política Linguística, Inclusão e Direitos Humanos, o que é aprovado por unanimidade.

Sem mais considerações, encerra-se a Primeira Reunião Ordinária do Conselho Diretor deste ano às quinze horas e quarenta minutos do dia seis de março de dois mil e vinte e quatro. Para constar, eu, Giselly dos Santos Peregrino, Secretária do Conselho Diretor, designada pela portaria número cento e doze de oito de fevereiro de dois mil e vinte e três, lavrei a presente ata que, depois de lida e submetida à aprovação, será por mim subscrita e por quem de direito assinada.

Secretária do Conselho Diretor do INES: _____

Presidente do Conselho Diretor e Diretora-Geral do INES: _____

Direção do DEBASI: _____

Direção do DEPA: _____

Direção do DDHCT: _____

Direção do DESU: _____

Representante do corpo discente: _____

Representante do corpo docente: _____

Representante do corpo técnico-administrativo: _____

Representante dos pais/responsáveis de alunos: _____

Rio de Janeiro, 06 de março de 2024.